

Dilemas da saúde

A informação de que a rede hospitalar pública do Distrito Federal atende a 90% da população — divulgada ontem pelo Dr. Maurício Cariello — cabendo à rede privada o atendimento de apenas 10%, permite-nos refletir em determinada direção quanto a este problema grave da atualidade brasileira, o da saúde pública. A primeira pergunta é: o Estado tem condições de prover serviços de saúde eficientes a 90% da população brasileira? Outra pergunta: os serviços de saúde oferecidos pela rede privada sob convênio com o Inamps, no resto do País, são eficientes?

A evidência mostra-nos que a ambas as perguntas deve-se dar resposta negativa. Os serviços de saúde providos pelo Estado, sejam os prestados pela rede pública sejam os conveniados, não são eficientes e a razão é clara. Trata-se da forte desproporção que se verifica entre a demanda de serviços e a disponibilidade de recursos em poder do Estado e do Inamps.

O fato evidencia, por outro lado, que a socialização dos serviços de saúde no País não corresponderia a solução satisfatória. Eles já se acham, de fato, socializados na medida em que representam 90% do atendimento no Distrito Federal e algo em torno disso, sob a forma de convênio, nos demais Estados. Serviços de saúde socializados e eficientes pressupõem a existência de um Estado eficiente, ágil, incorruptível, algo em direção ao qual temos que andar, mas do qual ainda nos achamos muito distantes.

Está claro que devemos partir para o método comprovadamente eficiente do seguro privado, como se pratica com êxito no Brasil em relação a estratos sociais específicos, e se pratica generalizadamente com êxito em outros países. Ao Estado caberia, tão só, a prestação de serviços de saúde de caráter assistencial, destinados a quem não disponha de emprego formal e, cumulativamente, possa provar o estado de pobreza. Os detentores de emprego formal teriam sua filiação à seguradora provida pela empresa, em caráter obrigatório, embora com participação do empregado no custeio do prêmio. É evidente que nos referimos a uma situação em que a atual contribuição obrigatória ao Inamps, aos serviços de saúde seria destinada à nova modalidade financiamento dos serviços.

O método do seguro privado é mais eficiente porque cria uma relação estreita de mútua vigilância entre a empresa, o empregado, a seguradora e a instituição hospitalar. Os macro-sistemas, como o do Inamps, são conceitualmente ineficientes, porque ninguém pode eficazmente fiscalizá-los, nem há, em relação a eles, um gerenciamento capitalista, voltado para o lucro. O objetivo do lucro é indispensável à eficiência dos serviços.

O Brasil precisa encontrar alguma solução para o problema da saúde pública. Não se trata de investimento de caráter social, por si mesmo relevante, mas de investimento econômico. A manutenção e a reprodução da força de trabalho constituem um imperativo da segurança do País.